

HISTÓRIA AGRÁRIA NO BRASIL: NOVAS PERSPECTIVAS DE PESQUISA POR MEIO DO GEORREFERENCIAMENTO

AGRARIAN HISTORY IN BRAZIL: NEW RESEARCH PERSPECTIVES THROUGH GEOREFERENCING

Mônica Ribeiro de Oliveira^a

^aDoutora em História pela Universidade Federal Fluminense; professora titular de História do Brasil no Departamento de História e no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e pesquisadora da FAPEMIG. Tem pós-doutorado na UFRJ e na Universidad Pablo de Olavide de Sevilla
Contato principal: monica.ribeiro@ufjf.br

Rafael Laguardia^b

^bMestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tem pós-doutorado na Universidade Federal de São Paulo. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira
Contato principal: rafaellaguardia1@gmail.com

Resumo

Neste trabalho buscamos traçar as linhas gerais da evolução da História Agrária brasileira, entendendo-a a partir da contribuição de numerosos especialistas em História Econômica que promoveram um rico debate sobre as origens da formação social e econômica do Brasil. Gerações sucessivas de pesquisadores foram se formando, acumulando conhecimentos, absorvendo influências internacionais e alargando os limites da compreensão da questão agrária no Brasil. Na segunda parte, vamos centrar nossa atenção e analisar o impacto das inovações em termos técnicos e metodológicos disponibilizadas pela utilização dos SIG Históricos e sua relação com a História Agrária. Nosso objetivo foi reunir, além de uma bibliografia especializada, uma abordagem metodológica baseada na espacialização da informação proveniente das fontes históricas, através de um reencontro com a Geografia, com o intuito de oferecer mais um recurso para ampliar o instrumental para pesquisas em História Agrária.

Palavras-chave: História Agrária; SIG histórico; Historiografia.

Códigos JEL: N56; N76; O33; R12.

Abstract

In this paper, we seek to outline the evolution of Brazilian Agrarian History, using the contributions of numerous specialists in economic history who have produced a rich debate on the origins of Brazil's social and economic formation. Successive generations of researchers have been trained, accumulating knowledge, absorbing international influences, and broadening the limits of understanding of the agrarian issue in Brazil. In the second part, we will focus our attention on analyzing the impact of technical and methodological innovations made available using Historical GIS and their relationship with Agrarian History. Our goal was to bring together, in addition to a specialized bibliography, a methodological approach

based on the spatialization of information from historical sources, through an exchange with geography.

Keywords: Agrarian History; Historical GIS; Historiography.

JEL Codes: N56; N76; O33; R12.

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), processo nº E-26/210.718/2024.

INTRODUÇÃO

Esse artigo se propõe a analisar o papel assumido pela História Agrária na História Econômica Brasileira, uma vez que, sua importância e centralidade na História Econômica já foi, por muitas vezes, referenciado e comprovado por vasta historiografia¹. Nos dias de hoje esta questão ainda apresenta centralidade, principalmente, quando entramos no debate público. Cabe indagar se questões como a concentração fundiária, a exclusão de milhares de cidadãos do acesso à terra, os debates contemporâneos sobre os direitos dos povos originários e a construção de um modelo agrícola sustentável não seriam razões suficientes para conferir novo vigor e perenidade a essa linha de investigação. Também é importante acompanhar a revolução tecnológica do século XXI e revolucionar não só técnicas, mas também métodos, permitindo que novos dados, perspectivas e dimensões sejam construídos.

Desde a criação nos anos 1930 dos primeiros cursos de História no Brasil², sucessivas gerações de intelectuais historiadores, somados a economistas e sociólogos, convergiram muitos de seus estudos à História Econômica e, mais especificamente, à História Agrária. Neste trabalho vamos discorrer sobre aqueles que mais marcaram suas épocas e deixaram seus rastros na historiografia brasileira dos dias atuais, com o foco nos métodos e técnicas utilizados. Antes de tudo, estes intelectuais promoveram um rico e potente debate sobre as origens de nossa formação social e econômica deixando para nós em legado inestimável, reflexo de um amplo debate interno ao país, mas que não deixou de reinterpretar importantes conceitos da historiografia internacional. Constitui nosso objetivo também, estender nossa pequena amostragem aos nossos historiadores contemporâneos procurando acompanhar o estado atual da arte.

Intelectuais brasileiros dos anos 1940 em diante, em seus trabalhos ensaísticos, se debruçavam sobre a formação socioeconômica brasileira e, inevitavelmente, sobre a estrutura agrária brasileira. Destaca-se Prado Júnior, C. (1972), ao buscar compreender o sentido da colonização do Brasil e as razões de nossa dependência. Inserido em um capitalismo internacional, o país teria se tornado uma empresa agrícola latifundiária, monocultora e escravista, em função da extração de riquezas para os países europeus. A presença escrava impediria a plenitude do capitalismo, que só poderia ser entendido por meio do braço livre e da venda de sua força de trabalho³.

Na década de 1960, destaca-se Franco, M.S.C.F. (1983) envolvida nas questões do mundo rural brasileiro que, para além do entendimento de uma colônia amalgamada ao capitalismo internacional, introduz uma nova variável na discussão: o homem livre pobre. Desta forma, Franco traz grande contribuição ao entendimento das bases da formação socioeconômica e social brasileira, ao dar ênfase ao estudo dos conflitos e tensões entre homens livres pobres, inclusive em seus espaços de sociabilidade, uma vez que antes dela ou à exceção dela, homens livres pobres eram tratados sob o estigma da vadiagem e indolência⁴.

Nos anos 1970 ressaltamos a obra de Novaes. F. (1985) que se soma a de Caio Prado, cunhando um conceito que se tornaria uma grande referência por décadas subsequentes: o Antigo Sistema

1 FURTADO, C. Economia Colonial no Brasil nos séculos XVII e XVIII. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, [1948] 2001; FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007; SZMRECSÁNYI, T. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. Nova Economia. Belo Horizonte, 14 (1), p.11-37, janeiro-abril de 2004.

2 Os primeiros cursos superiores de História no Brasil foram institucionalizados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e pela Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, que mais tarde (1939) seria reestruturado na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil, futura UFRJ.

3 Prado Júnior, Caio - Formação do Brasil Contemporâneo. 12a edição, São Paulo, Brasiliense, 1972.

4 Franco, Maria Silvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata. 3a edição, São Paulo, Kairós, 1983.

Colonial, cuja dinâmica de exploração da metrópole sobre a colônia se perpetuaria, marcando as raízes da dependência econômica e política na fase do Capitalismo Comercial⁵. Naquele período, a obra de Novais evidencia a concepção ensaística do fazer historiográfico e as interpretações macro analíticas, permanecendo a opção pelo modelo do latifúndio monocultor e escravista⁶.

Os anos 1980 inauguraram uma nova fase na História Agrária por meio da trajetória de Linhares, M.Y. (1981) somada a de Cardoso, C.F.S. (1980), ambos responsáveis pela formação de uma ampla rede de pesquisadores⁷. Era um fazer historiográfico vinculado à segunda geração dos Annales⁸ com a aplicação dos conceitos de estruturas da sociedade e tempo conjuntural, o tempo da economia e de seus ciclos. O método da história serial, quantitativa e o estatuto da história econômica como ciência, fruto dos debates travados entre os intelectuais franceses, influenciaram fortemente os trabalhos no Brasil. Estes passaram a ter uma forte preocupação com a empiria, com a história dos agregados anônimos, com os dados massivos e agregados. A terra, enquanto unidade de produção familiar camponesa ou mercadoria, como questão central, é esmiuçada nas fontes cartorárias cíveis, promovendo uma explosão de informações sobre títulos, posse, propriedade, acumulação, mercado e seus variados agentes sociais.

É importante ressaltar o amplo debate acerca dos modelos explicativos que dessem conta não só do entendimento das raízes da dependência ou de um sentido de pertencimento vinculado à anexação à metrópole portuguesa, mas havia, antes de tudo, um compromisso político transformador daquela realidade vivenciada, subdesenvolvida e de terceiro mundo. Em sua obra, Cardoso aprofundou as perspectivas metodológicas da história da agricultura à luz da abordagem marxista, realizando críticas aos trabalhos de Novais e avançando no conceito de economia camponesa⁹. É cunhado um conceito próprio de modo de produção, a partir da análise das características específicas e contradições internas da formação social e econômica brasileira, sendo criado a teoria de um modo de produção escravista colonial¹⁰.

Nesse contexto de crítica dos esquemas explicativos anteriores, o debate se aprofunda com a participação de Gorender, J. (1985) com a obra o Escravismo Colonial¹¹. Para Gorender, o Modo de produção Escravista Colonial era um modo de produção historicamente novo, uma especificidade das Américas, no qual trabalhadores livres assalariados teriam uma posição secundária e subsidiária e a propriedade de escravos cumpriria a função econômica principal e decisiva. Gorender, formado no interior do partido comunista e sem a formação acadêmica clássica, desenvolve as leis de funcionamento do novo modo de produção sob a luz da teoria marxista. Realiza um ensaio de grande impacto, desconectado de qualquer preocupação com a necessária comprovação empírica: seu conceito de plantagem e a secundarização de quaisquer atividades fora desse eixo e realizada por homens livres não era considerada e, desta forma, Gorender atualiza o conceito de latifúndio monocultor¹².

Nos anos finais da década de 1970 e por todos os anos 1980 e 1990, poderíamos considerar o período de maior vigor da História Agrária no Brasil. Seja pelos legados interpretativos de Caio Prado Júnior e Fernando Novais, pelo rigor teórico dos debates entre Ciro Cardoso e J. Gorender, ou pela defesa de uma história estrutural e empirista de Maria Yêda Linhares. Diferentes métodos,

5 Novais, Fernando - Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 3a edição, São Paulo, Hucitec, 1985

6 Dos anos 70 em diante um amplo debate se instaurou na historiografia brasileira, afinal, as universidades brasileiras entravam em um novo percurso, como reflexo dos acontecimentos políticos, da reforma universitária instaurada em 1968 e da tentativa de silenciamento de pesquisadores e intelectuais.

7 Linhares, M. Yêda, L e Silva, Francisco Carlos T. A História da Agricultura Brasileira. SP: Brasiliense, 1981 Cardoso Ciro Flamarión Santana "Sobre os Modos de Produção Coloniais da América" in: Santiago, Théo (org.) - América Colonial. Ensaios. Rio de Janeiro, Pallas, 1975; Cardoso, Ciro Flamarión Santana - Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1980; João, Manolo, Hebe.

8 BRAUDEL, Fernand. O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II. 2ª edição. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1995; LABROUSSE, Ernest. Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle. Paris : Dalloz, 1933.

9 Cardoso, Ciro Flamarión Santana - Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1980; Cardoso, Ciro Flamarión Santana "As concepções acerca do Sistema Mundial e do Antigo Sistema Colonial: a preocupação obsessiva com a Extração Excedente" in: Amaral Lapa (org.) Modo de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980; Escravo ou camponês? _____ O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

10 Cardoso Ciro Flamarión Santana "Sobre os Modos de Produção Coloniais da América" in: Santiago, Théo (org.) - América Colonial. Ensaios. Rio de Janeiro, Pallas, 1975; destacamos a obra de José de Souza Martins com O Cativeiro da Terra. Martins, mais focado na crise do escravismo, discorda da utilização de um conceito de modo de produção para a América latina. Para o autor emergência do trabalho livre preservou o padrão de realização do capitalismo no Brasil. Martins, Jose de Souza - O Cativeiro da Terra. 3a edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1986.

11 Gorender, Jacob - O Escravismo Colonial. 4a edição, São Paulo, Ática, 1985.

12 Gorender, Jacob - O Escravismo Colonial. 4a edição, São Paulo, Ática, 1985; A Escravidão Reabilitada. São Paulo, Ática, 1990.

exigiam a descoberta de novos suportes documentais e recortes espaciais e temporais sendo realizado um verdadeiro escrutínio de arquivos locais e regionais. Novos agentes sociais são redescobertos e revisados os conceitos. Aquele que foi mais impactado pelas novas pesquisas foi o de latifúndio monocultor escravista. De monografias, a dissertações e teses, comprovou-se a concomitância desses diferentes regimes de propriedade, como também amplas regiões marcadas por um dinâmico mercado interno, associadas à grande produção ou simplesmente de autossubsistência¹³.

Os recortes regionais criados, promoveram um aprofundamento das pesquisas e acabaram contribuindo para colocar em xeque as interpretações globalizantes. Citamos o trabalho do importante brasilianista Dean, W. (1977). O autor, ao lado de muitos outros brasilianistas que no Brasil deram continuidade às suas carreiras acadêmicas¹⁴, analisou o processo de expropriação da terra no processo de expansão cafeeira na região, baseando-se em extensas fontes documentais. Posteriormente, ofereceu importante contribuição à chamada História ambiental, analisando impactos do desmatamento e da agressão ambiental em um momento em que estes temas ainda não eram centrais na academia¹⁵.

A regionalização das pesquisas foi extremamente benéfica para um país marcado historicamente por diferentes períodos de expansão europeia em seu território, motivados por diferentes influxos econômicos, pelo litoral ou por regiões interioranas, visando abastecimento e novas formas de acumulação, buscando de ouro e demais riquezas acumuláveis. Muitas capitâncias foram marcadas por estes diferentes momentos e especialmente Minas Gerais se destaca por sua centralidade geográfica e por convergir interesses de mineradores, comerciantes, lavradores de alimentos e produtos de exportação. Tornou-se no século XIX a maior província escravista do país, com unidades pequenas e médias propriedades de tipo escravista ou simplesmente geridas por homens livres pobres, mas todas marcadas por alta diversificação. Estas propriedades encontrarão na nascente agro exportação cafeeira fluminense e mais tarde na própria Zona da Mata mineira o principal mercado para seus produtos. Uma variedade de trabalhos de História Agrária se multiplicou sobre todo o extenso Vale do Paraíba e afluentes, buscando mapear as elites agrárias, a origens dos capitais, os efeitos diversificadores e entender os impactos da desarticulação econômica regional¹⁶.

Como dito no início desse trabalho, é importante assinalar que gerações sucessivas de pesquisadores foram se formando, acumulando conhecimentos, criando grupos de trabalhos e associações parcerias científicas nacionais e internacionais foram criadas, alargando os limites da compreensão da questão agrária no Brasil. A despeito de muitos debates e controvérsias, o diálogo interno foi promovido e pressupostos que, de alguma forma, estavam presentes na segunda geração dos Annales, ultrapassam fronteiras. Referimo-nos a Kula, W. (1962) , em seus estudos sobre os problemas e métodos da História Econômica¹⁷. Kula ressaltou a importância do raciocínio com categorias globais, mas fora de análises desligadas de um contexto, a importância das concepções quantitativas e o máximo aproveitamento das conquistas de outras ciências sociais, a exemplo da economia, etnologia, demografia, estatística, dentre outras. Um de seus pressupostos era a defesa da heterogeneidade dos sistemas socioeconômicos existentes no mundo, ressaltando o papel da História regional, ao mobilizar especialistas e fontes em um esforço de síntese.

Emerge de suas concepções o conceito de Sistema Agrário, que seria tão bem aproveitado nas pesquisas brasileiras acerca da expansão da cafeicultura no sudeste brasileiro¹⁸. Dada a heterogeneidade dos sistemas que conduziria a ausência de um modelo único, este deveria ser construído a partir de próprias características socioeconômicas e geográficas e, desta forma, dá-se a elaboração do conceito de Sistema Agrário cafeicultor, cujas rendas, bem como seu abastecimento, passariam pelo mercado. Um sistema heterogêneo, baseado na agricultura extensiva de baixo nível técnico e que necessitava da

13 Castro, Hebe de - Ao Sul da História. São Paulo, Brasiliense, 1987 ; Faria, Sheila de C. A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, Século XVIII); Motta, Márcia Maria Meneses Motta. Nas Fronteiras do Poder. Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/ Vicio de Leitura, 1998.

14 Dean, W. Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura - 1820-1920, (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977), Eisenberg, Peter - Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Editora da Unicamp, 1977; Stein, S. Vassouras: um município brasileiro do café. RJ: Nova Fronteira, 1990.

15 Dean, W. A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira, São Paulo, Cia das letras, 1996.

16 Importante destacar os trabalhos fundadores da história agrária mineira: Robert Wayne Slenes, "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX", Estudos Econômicos, v. 18, n. 3 (1988), pp. 449-495. Roberto Borges Martins, "Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais, Brazil", tese de Doutorado, Vanderbilt University, 1980.

17 Kula, W. Teoria Econômica do Sistema Feudal; Problemas e Métodos da História Econômica.

18 Fragoso, João. Barões do café e sistema agrário escravista. Paraíba do Sul/Rio de Janeiro. RJ: 7letras, 2013.

incorporação de terras virgens para manter sua reprodução mercantil e escravista. Este sistema teria se reproduzido nas extensas áreas do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A História Agrária brasileira diante de todo este legado que procuramos discorrer nesse breve texto continuou a receber inúmeras contribuições e influências de outros intelectuais e pesquisadores internacionais. Quando o tema realçou a organização e produção campesinas, um outro trabalho que ultrapassou fronteiras da Europa Oriental e chegou até as terras brasileiras, impactando profundamente os debates é Alexander Chayanov, A. (1974)¹⁹. Diferentemente de Karl Marx para o qual o campesinato é visto enquanto classe, inserido em um sistema econômico mundial, parte de um modo de produção e visto como um dos resquícios de um sistema feudal ainda a ser superado, para Chayanov, o camponês toma decisões dentro de um sistema micro, sobre o qual ele não possui plena consciência. Daí a importância da família, vista como unidade de exploração agrícola e seu ciclo de desenvolvimento.

Ao criar o conceito de “unidade econômica campesina”, Chayanov defendeu que a essência do campesinato era o trabalho familiar e que a relação entre essa força de trabalho e a necessidade de consumo durante o ciclo da vida permite que cada família se constitua de acordo com suas próprias características. Para o autor, não era o tamanho da família que determinava o volume da atividade econômica, ao contrário, era o grau de atividade agrícola (as alternativas) que determinava a composição da família. O camponês providenciaria uma família de acordo com sua segurança material. O seu conceito de família ultrapassou o biológico, e passou a incluir “aqueles que comiam à mesma mesa e mesma hora”, promovendo uma grande contribuição aos debates sobre as unidades campesinas.

Para o Brasil, a categoria campesinato foi entendida, sobretudo, pela forma de se organizar, pautada na mão de obra familiar e na forma como se relacionava com os mercados locais. No entanto, a escravidão com toda sua persistência e abrangência nunca permitiu uma perspectiva de sociedade campesina homogênea, sobressaindo o entendimento de uma variação e diversidade de situações no espaço agrário brasileiro. Sob inúmeras discordâncias prevaleceu a perspectiva de uma configuração rural diversa, formada por pequenos trabalhadores livres, posseiros, dentre outros, com vínculos diretos ou indiretos com a escravidão²⁰.

No geral, a História Agrária consolidou-se como um campo multifacetado, que integrou diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Todos os autores e correntes aqui revisitados — apesar de suas divergências — atribuíram centralidade ao espaço agrário, às relações de propriedade e às dinâmicas sociais e econômicas que nele se desenvolvem. As fontes utilizadas, extensas e variadas, permitiram identificar tanto regularidades estruturais quanto as múltiplas descontinuidades que compõem o mosaico agrário nacional. A partir desse legado, impõe-se uma nova perspectiva historiográfica: compreender o espaço agrário não apenas como cenário, mas como dimensão constitutiva das transformações históricas do Brasil.

Diante desse cenário, parte-se da seguinte questão: em que medida novas formas metodológicas podem complementar tão rica produção? É importante considerar que, atualmente, o campo da História Agrária enfrenta muitos desafios. Suas estratégias metodológicas de pesquisa precisarão ser revistas em virtude do impacto da História digital, dos dados massivos hoje disponibilizados pela digitalização, arquivos da web e plataformas livres de compartilhamento de dados. Perguntamos, especialmente, como os clássicos problemas da História Agrária, tais como a evolução do sistema de uso da propriedade, a expansão das monoculturas e seus impactos ambientais, a análise das mudanças da paisagem e uso da terra, dentre outros, serão impactados pelo uso de diferentes tecnologias?

Identificamos nesse contexto tecnológico, que o uso de ferramentas da História Espacial Digital combinadas com os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) permitirão aos historiadores aprofundar

19 Chayanov, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974; há outras abordagens clássicas lidas e reinterpretadas no Brasil: Lenin, Karl Kautsky; Kautsky, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986; SHANIN, Teodor. *Lições campesinas*. In: Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

20 Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *O Campesinato Brasileiro. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, RJ; São Paulo: Vozes; Edusp, 1973. Linhares, Maria Yedda; Silva, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Carrara, Ângelo Alves. *Camponês: uma controvérsia conceitual*. In: Olinto, Beatriz Anselmo; Motta Márcia Menendes; Oliveira, Oséias de. (Org.). *História Agrária: Propriedade e Conflito*. Iriti: UNICENTRO, 2008. Palacios, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en la época de la Revolución Industrial*. México, DF: Colegio de México; Fondo de Cultura, 1998.

uma série de questões. Ferramentas digitais podem reconstruir contextos e revelar espacialidades invisíveis nos arquivos tradicionais e a combinação destas metodologias possibilita a alternância entre diferentes escalas, de eventos locais a estruturas amplas, sem a perda de densidade interpretativa (MADDEM, 2022).

Fontes clássicas da História Agrária brasileira, como registros paroquiais de terras, sesmarias, plantas, inventários e cadastros, ao serem reorganizadas em um formato não usual através de um banco de dados espaciais, possibilitam revigorar esse campo historiográfico, abrindo novas perguntas, permitindo o aprofundamento de hipóteses e refinando a análise da estrutura fundiária, dos ritmos diferenciados de desenvolvimento regional e dos conflitos em torno da apropriação da terra, no horizonte mais completo de uma história espacial.

2. HISTÓRIA AGRÁRIA E A DIMENSÃO ESPACIAL

Nesta seção o foco será o potencial da análise espacial para a história agrária. A História Agrária tende a se complementar em seu propósito quando o espaço surge como categoria e se converte em variável interpretativa do seu próprio argumento, em termos de vantagens e desvantagens competitivas natural. Não propomos substituir tradições metodológicas ou interpretativas consagradas, mas reconhecer que certas perguntas, sobretudo as que se relacionam a ritmos de desenvolvimento de localidades se complementam quando explicitamos o “onde” como condição do “como” e do “por quê”. Com essa proposta, buscamos sanar uma lacuna de menor atenção aos condicionantes espaciais e ampliar o alcance da complexidade histórica.

A “virada espacial” nas humanidades mostrou, há mais de duas décadas, que localizar não é ilustrar.²¹ Trazer a espacialização para a análise é (re)estruturar a informação de fontes históricas e reorganizar o problema da pesquisa no espaço, abrindo caminhos para questões, indícios e hipóteses que a leitura exclusivamente textual tende a ocultar. Espacializar é promover a passagem de um arquivo de documentos para uma infraestrutura de dados espacializados. O resultado, na interface do software sugere uma nova fonte de informações, ou melhor uma metafonte²², na forma de uma ou várias camadas (layers) de dados no espaço. O ponto é que, as leituras em História Agrária tendem a não dar a devida atenção ao espaço, ora por receio de um determinismo geográfico, mas em maior medida por não ter meios concretos para análises que possam de fato precisar a influência do meio sobre o homem. Não falamos aqui em defesa de qualquer outro determinismo, até porque consideramos que esse debate foi devidamente enfrentado por Fernand Braudel e superado (SAHLI, 1965; MAURICE, 1988). O que apontamos é, se o processo é dialético, o homem e meio, os atuais recursos tecnológicos ampliam as possibilidades de análise histórica em contexto espacial a partir dos softwares do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Quando o espaço é melhor reconhecido na análise diante de suas características naturais fica nítido um conjunto de condicionantes e custos de oportunidades (Von Thünen, 1966) capazes de produzir assimetrias na implantação e desenvolvimento de determinado tipo de organização econômica, o que obviamente interferiu no processo de tomada de decisão dos agentes históricos condicionando a organização das sociedades, especialmente aquelas consideradas de “baixa densidade tecnológica”, termo usado por Butzer (1989).

Location and climate have large effects on income levels and income growth through their effects on transport costs, disease burdens, and agricultural productivity, among other channels. Geography also seems to affect economic policy choices. Many geographic regions that have not been conducive to modern economic growth have high population densities and are experiencing rapid increases in

²¹ “*visualization and spatial history are not about producing illustrations or maps to communicate things that you have discovered by other means. It is a means of doing research; it generates questions that might otherwise go unasked...*” (White, 2010).

²² Chamo de metafonte o resultado da integração, normalização e georreferenciamento de fontes das mais diversas séries heterogêneas, fontes históricas e informações geográficas (rios, caminhos, altimetria, declividade, clima etc): as quais no contexto de sua produção nunca foram pensadas para se relacionarem ou reconstruiriam uma representação de sociedade, mas que assim definimos sua finalidade em um mesmo esquema relacional e espacial. Essa metafonte não se confunde com nenhuma das peças originais, ela é produzida por decisões de modelagem e representação resultantes de operações espaciais (georreferenciamento, geocodificação, inferência de polígonos) e por escolhas de resolução de escalas.

population. At particular disadvantage are regions located far from coasts and ocean-navigable rivers, for which the transport costs of international trade are high, and tropical regions, which bear a heavy burden of disease. Moreover, a large portion of population growth over the next thirty years is expected to occur in these geographically disadvantaged regions (Gallup, Sachs e Mellinger, 1999)²³.

As vantagens e desvantagens naturais estavam dadas e as diversas sociedades de variadas localidades tiveram de lidar com sua realidade específica. Proximidade a portos e entrepostos, custos topográficos do deslocamento, qualidade e drenagem dos solos, regime de chuvas, acessos a travessias seguras de rios e aos “caminhos” oficiais ou oficiosos são variáveis que, nos variados ritmos das durações históricas (Braudel, 1949), impõe maior ou menor velocidade de desenvolvimento econômico, político e, por isso, social a uma localidade. O queremos dizer é que atualmente é possível mensurar as vantagens ou desvantagens naturais que determinada localidade possuía, isto era dado pelo ambiente físico-geográfico, imutável em muitos casos. Em termos analíticos, isso significa que a espacialização permite testar, com base empírica, hipóteses clássicas, como por exemplo, a diferenciação regional, como os modelos de Von Thünen (1826) sobre custos e composição de culturas, e também revisar consensos, como aquelas pesquisas de Brian Donahue em estudo sobre Concord (Massachusetts), que a agricultura colonial local configurou um regime de manejo relativamente sustentável, resultado de arranjos entre solos, drenagem, prados e rotações, e não de uma trajetória linear de degradação. Ainda, em Geoff Cunfer (2018), ao reavaliar o “ícone” do Dust Bowl com dados espacializados, sustentou que a distribuição e a intensidade das tempestades de poeira se explicam sobretudo pela variabilidade climática (secas prolongadas) em interação com usos do solo, relativizando leituras moralizantes centradas na “ganância” dos agricultores. Essas leituras emergem em contextos específicos: no caso do Dust Bowl, um meio técnico-institucional robusto (malha ferroviária extensa, educação e pesquisa agronômica formalizadas) e, no de Concord, um regime colonial pré-industrial; ambos diferem das condições institucionais e infraestruturais do Brasil, majoritariamente agrário e, mais do que isso, com uma elite econômica que queria que se mantivesse assim para seu futuro; seu sentido da colonização (Furtado, 1959; Prado Jr., 1942). Sendo assim, faz ainda mais sentido pensar em desvantagens e vantagens naturais: incorporar relevo, rede hidrográfica, regimes climáticos, tipos de solos, altimetria entre outros, como uma infraestrutura natural, que oportunizará ritmos de desenvolvimento de variadas localidades ou regiões do Brasil. Atribuir localização as informações das fontes históricas mais tradicionais de História Agrária podem revelar regiões com núcleos de vantagem natural e, em contrapartida, regiões em desvantagem, onde a fricção espacial era capaz de restringir desenvolvimentos e acessos aos mercados, incentivando diferenciação regional²⁴, através de dados da geografia física que não estão nítidos ou são silenciosos na documentação histórica. Por outro lado, a espacialização de títulos de propriedade, confrontações e registros paroquiais de terras, entre outros em ambiente SIG também abre a possibilidade de identificar sobreposições indevidas, incoerências cadastrais e deslocamentos artificiais de limites, elementos recorrentes em práticas de grilagem de terras.

Para viabilizar essa incorporação do espaço de fato ao documento histórico a tradução operacional é simples de enunciar, mas exigente de executar (GREGORY; ELL, 2007; BODENHAMER; CORRIGAN; HARRIS, 2010): construir em softwares específicos de SIG bancos de dados espaciais que anexem coordenadas de localização a atributos históricos e que permitam cruzar camadas das mais diversas fontes históricas. Em exemplos, cartografia histórica, séries fiscais, inventários, registros paroquiais, relatos de viajantes etc. Bem como quando alguma nova estrutura de dados e informações surgem de partes de dados e documentos adjacentes, de forma serial, ou diferentes; espalhados entre várias fontes, ou seja, tanto em comparações intrafonte (dentro do mesmo conjunto documental) quanto interfente (entre diferentes séries, e as heterogêneas que se pode identificar). Tudo com o propósito de possibilitar identificar padrões espaciais e suas mudanças temporais. Mas

23 “A localização e o clima exercem grandes efeitos sobre os níveis e o crescimento da renda, por meio de seus impactos nos custos de transporte, na carga de doenças e na produtividade agrícola, entre outros canais. A geografia também parece influenciar a própria escolha de políticas econômicas. Muitas regiões geográficas que não foram propícias ao crescimento econômico moderno apresentam altas densidades populacionais e experimentam rápidas taxas de aumento da população. Estão em desvantagem particular as regiões situadas longe dos litorais e de rios oceano-navegáveis, para as quais os custos de transporte do comércio internacional são elevados, bem como as regiões tropicais, que suportam pesada carga de doenças. Além disso, espera-se que uma parcela importante do crescimento populacional nos próximos trinta anos ocorra justamente nessas regiões geograficamente desfavorecidas.”(Tradução Nossa)

24 Uma abordagem próxima pode ser visualizada com a ideia first nature em REDDING; VENABLES (2004).

não apenas a espacialização das fontes históricas é fundamental agrega-las com dados do meio físico, como relevo, altimetria, rede hidrográfica, solos, clima e traçados viários entre outros, o Sistema de Informações Geográfica (SIG) e, mais especificamente, o HGIS, são o ambiente técnico privilegiado para essa costura (Gregory & Ell, 2007). O objetivo central não é “fazer mapas”, antes, produzir perguntas que levam a necessidade de produzir mapas e, uma vez prontos, identificar as questões que surgem a partir desses mapas produzidos. Inclusive, os próprios mapas, a partir da acurácia do historiador podem sugerir hipóteses para esses novos questionamentos, que não seriam possíveis em um documento textual de leitura linear. É nesse processo que as “vantagens/desvantagens naturais” deixam de ser uma intuição e tornam-se mensuráveis, a cultura da cana de açúcar pede as margens dos rios (SCHWARTZ, 1988; EMBRAPA, 2009), o café a encosta dos morros (DEAN, 1996; STEIN, 1990), o ouro de aluvião (BOXER, 2000).

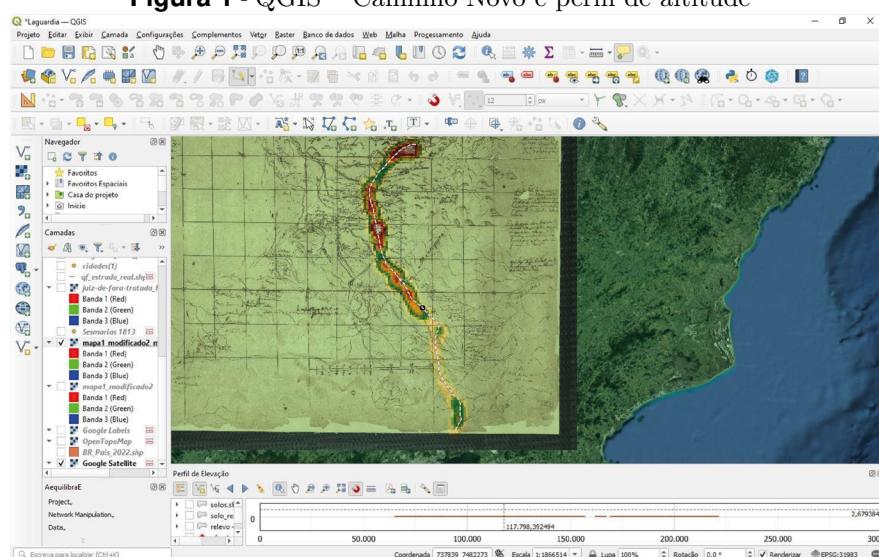
No Brasil, coletâneas como “O retorno dos mapas” e “SIG histórico em Perspectivas” sistematizaram percursos e usos do SIG em história e iluminaram o binômio possibilidades e limitações, no caso dessas obras para o uso do SIG em história, pode-se identificar uma concentração de competências e habilidades dos historiadores em campos específicos, e também amadurecimento técnico para georreferenciar cartas, geocodificar sesmarias e propriedades, inferir redes de vizinhança (como em Laguardia, 2011; 2015) etc.

As dificuldades de operacionalização metodológicas ainda se fazem presentes: financiamento da pesquisa, curva de aprendizado entre historiadores, assimetrias de precisão de localização por parte das características das fontes históricas, permanecem, mas são menos barreiras epistemológicas do que convites à explicitação de decisões de modelagem e à documentação de incertezas. Isto é, a consolidação metodológica do trabalho de espacializar as fontes históricas. Ora, esse binômio já vem sendo mensurado com grande cautela entre os historiadores há bastante tempo, portanto, habilitando a sua utilização.

O convite aqui é também aplicar o binômio possibilidades e limitações para avaliar vantagens e desvantagens naturais as realidades históricas específicas para o desenvolvimento de uma localidade (Vila, freguesia, cidade, região, país). Qual a vantagem ou desvantagem de uma localidade diante de um contexto histórico econômico específicos? Você consegue pensar em uma localidade que sofreu intenso desenvolvimento ou inflexões econômicas diante de mudanças de demandas produtivas? Essas vantagens ou desvantagens estabeleceram ritmos de ocupação, hierarquias de lugares, entre outros possíveis. A chave para tanto é transformar menções em objetos espaciais interrogáveis.

Além da espacialização das fontes históricas, agregar de fato as informações geográficas, modelos digitais de elevação, como no exemplo a seguir que mostra a declividade do Caminho Novo,

Figura 1 - QGIS – Caminho Novo e perfil de altitude²⁵



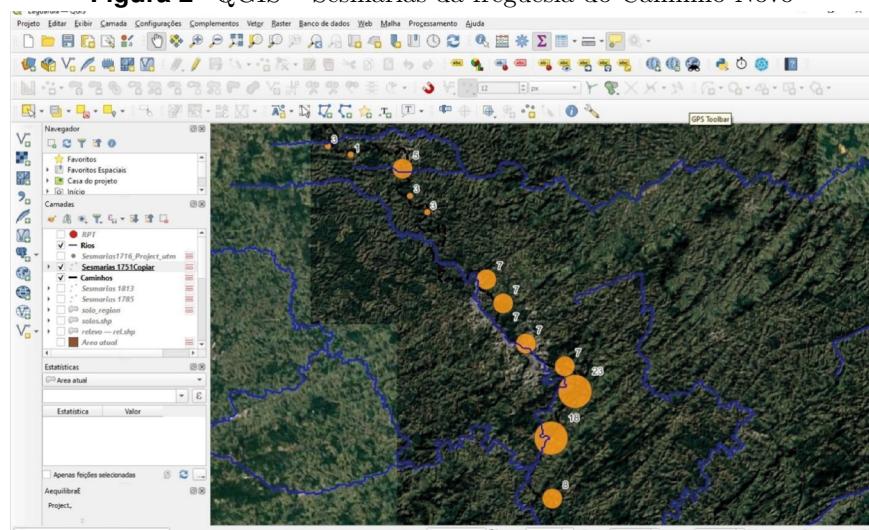
25 Uma linha vetorial do traço do Caminho Novo é confrontada a um Modelo Digital de Elevação (DEM) para obtenção de um perfil altimétrico. A combinação de vetor-MDE transforma o desenho em esforço: declive, aumento de elevação, rampa revelam percursos rápidos de desafiadores, oportunidades de pausa/descanso se tornam mensuráveis.

A figura apresenta uma cartografia histórica sobreposta a um mapa base (google satélite). A partir da fonte histórica o mapeamento do Caminho Novo e conforme um Modelo digital de elevação (MDE) a representação da altimetria e declividade do Caminho Novo. Em sua espacialização, o Caminho Novo é desnaturalizado deixa de ser apenas um traço inerte em uma cartografia histórica e passa a significar tempo, custo e oportunidade não só de viagem medido com exatidão, mas também a infraestrutura que viabiliza o crescimento de localidades e inflexão em outras.

hidrografia, climas; bem como, uma das mais importantes informações: as demandas de determinada cultura, são um caminho para resposta fundamentada não só em documentação histórica, mas também diante de dados do SIG, elemento crucial quando se quantificam vantagens/desvantagens de uma localidade/território. Desta forma, identifica-se também uma ponte da pesquisa em história agrária para se conectar diretamente com a história ambiental, revelando mais claramente do que até então é mais uma intuição do que uma explicação evidenciada.

Uma sesmaria, por exemplo, deixa de ser apenas um item em ofício para tornar-se um ponto ou polígono com atributos (produção, mão de obra, dízimos, crédito, vínculos de vizinhança). Esses objetos podem ser analisados por distância a cursos d'água, acessibilidade a caminhos oficiais e de “atalhos”, declividade e aptidão de solos. O resultado é apresentado em padrões de concentração e dispersão de riquezas (manchas de calor), de proximidade, padrões e variações, e notas sobre incerteza. Como no exemplo a seguir:

Figura 2 - QGIS – Sesmarias da freguesia do Caminho Novo



Interface do QGIS com mapa-base de relevo sombreado e, sobreposto, camada vetorial de símbolos proporcionais dimensionados pelo percentual dos dízimos ao longo do Caminho Novo, representando as sesmarias de maior produção e a consequente espacialização da riqueza. A camada resulta da geocodificação de concessões de sesmarias e séries de dízimos, com inferência poligonal a partir de confrontações, constituindo uma cartografia temática/estatística por símbolos proporcionais. Trata-se de um mapa analítico — inexistente como artefato histórico — que distribui dados de fontes primárias no espaço e no tempo, permitindo testar padrões de concentração, difusão e especialização e abrindo caminho para novas hipóteses sobre a paisagem econômica, colonial, cultural e social.

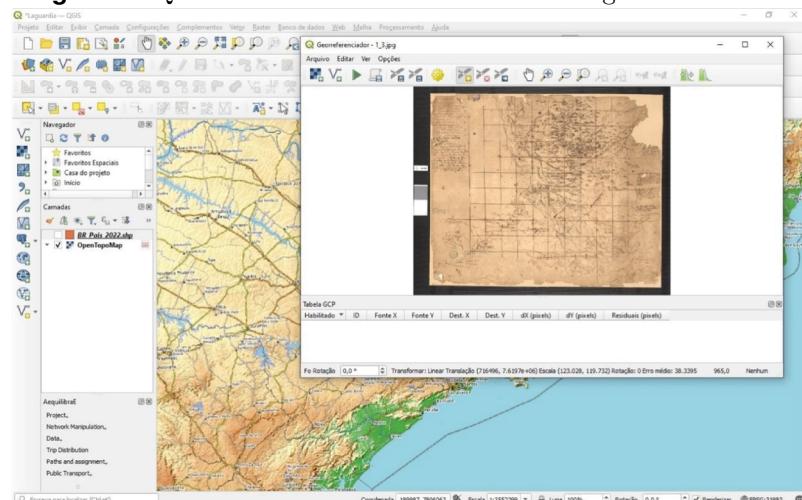
As posições de intermediação em redes de confrontações (centralidades), e gradientes de especialização produtiva em função de custos de transporte e barreiras naturais, são possibilidade de visualização que sem o SIG pouco tem a dizer. Em linguagem braudeliana, a longa duração geográfica deixa de servir apenas de cenário e passa a disputar causalidade, inclusive como matriz de vantagens e desvantagens naturais.

A cartografia histórica, frequentemente a fonte mais “pronta” para o ambiente SIG, exemplifica a combinação de possibilidades e limitações. Georreferenciar implica reconciliar escalas, projeções e meridianos, lidando com distorções e intencionalidade daqueles que as produziram. O ganho é imediato: cartas podem ser sobrepostas a bases atuais, alinhadas a modelos de elevação e cruzadas com outras camadas, permitindo (re) constituir caminhos, aferir barreiras naturais e qualificar acesso e viabilidade. Eleger um Caminho oficial e proibir outros é também definir uma região que irá se desenvolver de outra que terá menor oportunidade.

Um ganho adicional é possibilidade de uma “arqueologia da localidade”, da cartografia antiga (mapas e plantas), não apenas apresenta informações espaciais do passado, mas também fixa e as

identifica no espaço presente: onde estaria atualmente algum elemento, objeto ou estruturas antigas (senzalas, casa grande, espaços de produção, caminhos, antigos centros urbanos e mesmo áreas naturais dos povos originários, recursos disponíveis ou razões que fundamentam a necessidade de migrações sazonais) oriunda de uma fonte histórica? Bem como, possibilita identificar a cultura material remanescente no presente, como antigas construções ou marcas dos homens do passado (STATUTO; CILLIS; PICUNO, 2017). Isso reclassifica espacialmente “vantagens” antes supostas: um passo de vau estável, um trecho com menor declividade média, a presença de terraços naturais, variados regimes pluviométricos, pequenas diferenças que, acumuladas, tornam-se vantagens ou desvantagens naturais; sua persistência dependerá das demandas produtivas e organizacionais de uma sociedade.

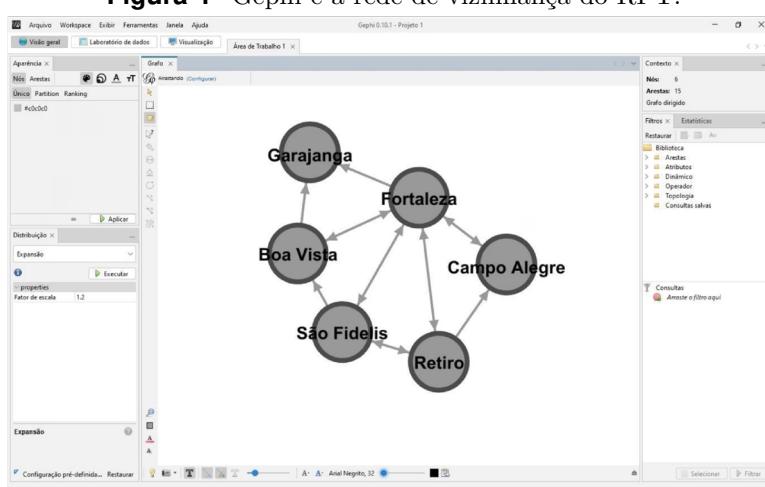
Figura 3 - QGIS – Georreferenciamento de Cartografia histórica²⁶



Interface do software QGIS com camadas do Open Street Map e Cartografia histórica em processos de georreferenciamento

Não menos promissora é a espacialização dos RPTs por meio das confrontações: proprietários ausentes dos registros reaparecem como confrontantes de terceiros, redesenhando hierarquias locais e explicitando quem ocupa posições nodais em zonas de escoamento favorável (Laguardia, 2011; Carrara & Laguardia, 2013; Laguardia, 2015).

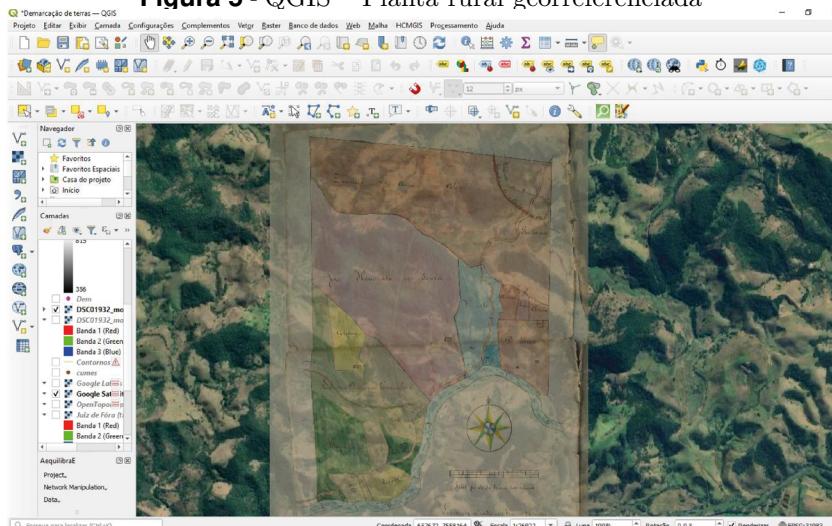
Figura 4 - Gephi e a rede de vizinhança do RPT.



²⁶ Tradução operacional: escolher pontos de controle em características estáveis entre os dias atuais e o período da Cartografia histórica, selecionar qual tipo de transformação melhor se adapta à distorção no original – um exemplo bem aplicado: no mapa de Couto Reis, Gamma e Valencia construíram interessante alternativa técnica para superar esse desafio - avaliar resíduos e armazenar um raster com indicação de seu CRS. O documento inteiro é ancorado (não apenas entidades recolhidas) para que a tabela GCP pertença ao dossiê de origem, os erros residuais e o relatório de transformação também. Neste momento, o material não é mais uma "imagem antiga" e engaja-se na profundidade de materiais modernos (OpenStreetMap, bases topográficas) que permite todas as métricas atuais e correções para atualização da cartografia histórica fazer mais sentido em nosso entendimento do espaço. Georreferenciar é ancorá-la num sistema de coordenadas que torna possível calcular distâncias, áreas, ângulos e integrar camadas complementares, relevo, hidrografia, solos, rede viária, de forma a confrontar hipóteses sobre ocupação, circulação e hierarquias de lugares.

Fonte: Registro Paroquial de Terras de Santo Antônio do Paraibuna. As setas correspondem a declaração dos confrontantes e os círculos são rotulados com o nome das fazendas. Esta é a interface do software GEPHI, um programa de redes, ainda que sem base cartográfica as confrontações nas declarações do RPT possibilitem especializar e representar as confrontações. Forma-se a possibilidade de análise de rede e toponímia a partir de vizinhanças declaradas por limites espaciais.

Figura 5 - QGIS – Planta rural georreferenciada



A figura apresenta a interface do QGIS, como mapa base a imagem do google satélites e a camada em modelo raster a planta rural identificada na fonte histórica demarcação de terras, com confrontações espacializadas em coordenadas.

Finalmente, a análise de rede com base em vizinhos declarados e limites revela hierarquias locais e estruturas de intermediação apenas parcialmente visíveis em listagens baseadas em texto. Essas são algumas maneiras pelas quais trazer a espacialização das fontes históricas e o espaço para centro da análise possibilitam identificar vantagens e desvantagens naturais que podem ser traduzidos para método em HGIS, aumentando a capacidade de análise da complexidade histórica, apresentando melhor contextualização as fontes históricas e produzindo metafontes ampliando significativamente o arcabouço de análises para pesquisas em História Agrária.

Convém destacar que mapas são enunciados. A crítica de Brian Harley ao poder cartográfico continua decisiva para ler cartas coloniais, imperiais, republicanas e administrativas, que, ao escolher escala, legenda e toponímia, projetam hierarquias e invisibilizações. A transmutação dos arquivos e informações das variadas e mais heterogêneas fontes históricas em metafonte não nos desobriga da crítica de autoria, contexto, finalidade e convenções cartográficas; ao contrário, redobra a atenção para os efeitos de poder e para os silêncios de cada documento, lembrando que mapas são construções sociais. O contra mapeamento, tal como formulado por Harris e Hazen (2005), é uma possibilidade que minimiza os efeitos anteriores, delimitar “vantagens” não é neutro: espaços classificados como “aptos” podem refletir interesses e apagamentos atribuir a um destino antes que ele pudesse se concretizar. O HGIS não neutraliza essas tensões; ele as torna evidentes, confrontando fontes entre si, registrando margens de erro do georreferenciamento e rastreando como decisões técnicas impactam diagnósticos de vantagem/desvantagem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De toda a reflexão proposta aqui, resta uma importante questão: O uso das geotecnologias pode oferecer novas dimensões ao campo da História Agrária? O uso do georreferenciamento de fontes primárias enriquece significativamente o campo da História Agrária, fornecendo uma compreensão mais precisa e abrangente do uso histórico da terra, limites de propriedades e mudanças ambientais. Essa abordagem permite que os historiadores integrem dados espaciais aos registros históricos, oferecendo novos insights sobre a dinâmica socioeconômica e ambiental das sociedades agrárias passadas. A integração do georreferenciamento com dados históricos facilita uma análise mais matizada da propriedade da terra, das práticas agrícolas e das mudanças territoriais ao longo do tempo.

Certamente, ao integrar a crítica entre fontes textuais, cartográficas e imagens modernas para gerar resultados quantificados e visualmente interpretáveis, o uso do georreferenciamento

pode favorecer políticas de planejamento e conservação, como também a reavaliação das narrativas históricas locais e regionais ao ampliar perguntas de pesquisa. No entanto, é importante também observar os desafios que seu uso trás, como incerteza das fontes, erros de georreferenciamento, escala e temporalidade heterogênea, além do risco de usar SIG como estética tecnológica sem diálogo com hipóteses históricas.

Em síntese, tratar o espaço como protagonista é ampliar o repertório de complexidade das sociedades inscritas em realidades históricas regionalizadas. Quando a pergunta exige localizar, escalar e conectar, o HGIS organiza dados, explicita incertezas e torna demonstráveis as assimetrias de posição, as vantagens e desvantagens naturais, que estruturam oportunidades. É nesse sentido que a espacialização não substitui nada: ela acrescenta e, ao acrescentar, reequilibra o que podemos ver e sustentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYMARD, Maurice. F. Braudel, L'identité de la France, t. I, *Espace et Histoire*; t. II e III, *Les hommes et les choses. Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 43, n. 1, p. 111–115, 1988. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1988_num_43_1_283477_t1_0111_0000_001. Acesso em: 5 out. 2025.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.
- BIANCONI, Renata. *Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870–1905)*. 2002. 135 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002.
- BODENHAMER, David J.; CORRIGAN, John; HARRIS, Trevor M. *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.
- BODENHAMER, David J.; CORRIGAN, John; HARRIS, Trevor M. *Deep maps and spatial narratives*. Bloomington: Indiana University Press, 2015.
- BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil, 1695–1750: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3. ed. Tradução de Nair de Lacerda; prefácio à 1. ed. de Carlos Rizzini; prefácio à 3. ed. de Arno Wehling. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, [1949] 1995.
- BUTZER, Karl W. *Cultural ecology*. 1989. Disponível em: <https://sites.utexas.edu/butzer>. Acesso em: 5 out. 2025.
- CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. Sobre os Modos de Produção Coloniais da América. In: SANTIAGO, T. (org.). *América Colonial: ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. As concepções acerca do Sistema Mundial e do Antigo Sistema Colonial: a preocupação obsessiva com a Extração Excedente. In: AMARAL, L. (org.). *Modo de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. *O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARRARA, Ângelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: OLINTO, B. A.; MOTTA, M. M.; OLIVEIRA, O. (org.). *História agrária: propriedade e conflito*. Irati: Unicentro, 2008.

CARRARA, Ângelo A.; LAGUARDIA, Rafael M. de O. Potencialidades do georreferenciamento em história agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *Sæculum – Revista de História*, n. 29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/19822>. Acesso em: 1 out. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, H. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CINTRA, Jorge P. *A cartografia digital como ferramenta para a cartografia histórica*. São Paulo: USP, 2010.

CORRÊA, Arsênio Eduardo. O pensamento político de Campos Sales. *Revista Estudos Filosóficos* UFSJ, [S. l.], n. 3, 2017.

CUNFER, Geoff. Re-evaluating an environmental history icon: The American Dust Bowl. In: GREGORY, Ian; DEBATS, Don; LAFRENIERE, Don (org.). *The Routledge Companion to Spatial History*. Abingdon; New York: Routledge, 2018.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820–1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEAN, Warren. *Ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAR, Michael; KETCHUM, Joshua; LURIA, Sarah; RICHARDSON, Douglas. *GeoHumanities: art, history, text at the edge of place*. London: Routledge, 2011.

DONALDSON, Christopher E.; GREGORY, Ian N.; TAYLOR, Joanna E. Locating the beautiful, picturesque, sublime and majestic: spatially analysing the application of aesthetic terminology in descriptions of the English Lake District. *Journal of Historical Geography*, v. 56, p. 43–60, 2017. DOI: 10.1016/j.jhg.2017.01.006.

DONAHUE, Brian. *The Great Meadow: Farmers and the Land in Colonial Concord*. New Haven; London: Yale University Press, 2004.

DOTTI, Iago Frizzarin. Uma contribuição para a história econômica da abolição: a lei de 1881 como parte da estratégia campineira. *Escrita da História*, v. 9, n. 18, p. 1–15, 2023.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840–1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EMBRAPA. *Sistema brasileiro de classificação de solos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FOOK, K.; MUSA, D.; VIJAYKUMAR, N.; MARIANO, R.; MORAIS, G.; SILVA, R.; SANSIGOLO,

G.; REBELO, L.; FERLA, L.; ALMEIDA, C.; NASCIMENTO, L.; FONTES DA SILVA, V.; SANTOS, M.; TORRES, A.; PEREIRA, Â.; ATIQUE, F.; LESSER, J.; ROGERS, T.; BRITT, A.; LAGUARDIA, R.; BARBOUR, A.; FARIA, O.; MARCO, A.; DICKINSON, C.; CAMARGO, S. Collaborative Historical Platform for Historians: Extended Functionalities in Pauliceia 2.0. In: *WEBIST – 17th International Conference on Web Information Systems and Technologies*. [S. l.]: SciTePress, 2021. p. 460–466. DOI: 10.5220/0010713400003058.

FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALLUP, John Luke; SACHS, Jeffrey D.; MELLINGER, Andrew D. Geography and economic development. *International Regional Science Review*, v. 22, n. 2, p. 179–232, 1999. DOI: 10.1177/016001799761012386.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GREGORY, Ian; ELL, Paul S. *Historical GIS: technology, methodology, scholarship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GREGORY, Ian; GEDDES, Alistair (ed.). *Toward spatial humanities: historical GIS and spatial history*. Bloomington: Indiana University Press, 2014.

GREGORY, Ian N.; HEALEY, Richard G. Historical GIS: structuring, mapping and analysing geographies of the past. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 5, p. 638–653, 2007. DOI: 10.1177/0309132507081495.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*, v. 26, n. 2, p. 1–20, 1989.

HARLEY, J. B. *The new nature of maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

HARRIS, Trevor J.; HAZEN, Helen P. Power of Maps: (Counter) Mapping and Civic Society? *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, v. 4, n. 1, p. 80–91, 2005/2006.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KNOWLES, Anne (ed.). The Spatial Turn in Social Science History. *Social Science History*, v. 24, 2000. (Número especial.)

KNOWLES, Anne (ed.). *Past time, past place: GIS for history*. Redlands, CA: ESRI Press, 2002.

KULA, Witold. *Théorie économique du système féodal: pour un modèle de l'économie polonaise, 16e–18e siècles*. Berlin: Walter de Gruyter, 1970. (Reimpr. 2011.)

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península,

1977. (Historia, ciencia, sociedad; 100). Tradução do polonês por Melitón Bustamante. ISBN 84-297-0899-5.

LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris: Dalloz, 1933.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Sorte de terra, fazenda, sesmaria... georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terras*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2435>. Acesso em: 14 out. 2025.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Dos dízimos à demarcação de terras: geoprocessamento aplicado a módulos rurais (Juiz de Fora, séculos XVIII–XIX)*. 2015. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5278>. Acesso em: 14 out. 2025.

LEVY, Maria Bárbara; MARQUES DE SAES, Flávio A. Dívida externa brasileira, 1850–1913: empréstimos públicos e privados. *História Econômica & História de Empresas*, v. 4, n. 1, 2012. DOI: 10.29182/hehe.v4i1.87.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MADDEN, Amanda. *Menocchio Mapped: Italian Microhistory and the Digital Spatial Turn*. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/9783111317779-004/html>. Acesso em 25 nov.2025

MADRY, Scott; JONES, Alan; TICKNER, Stella; MURRAY, S. Une micro-histoire de la terre et de l'utilisation des ressources: l'intégration des GIS-H (systèmes d'information géographique historiques) et des données qui y sont liées en Bourgogne du Sud. *Le Monde des Cartes*, n. 208, p. 75–94, 2011.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1986.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais, Brazil*. 1980. Tese (Doutorado em História) — Vanderbilt University, Nashville, 1980.

MORAES, L.; CARVALHO, C.; RENDEIRO, M.; GIL, T. Eliminando manchas brancas: um desmonte da cartografia indigenista de Curt Nimuendajú. *História da Historiografia*, v. 14, n. 37, p. 17–61, 2022. DOI: 10.15848/hh.v14i37.1686.

MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777–1808)*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.

PALACIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en la época de la Revolución Industrial*. México: El Colegio de México/Fondo de Cultura Económica, 1998.

PORTO DA GAMA, M.; VALENCIA VILLA, C. E. Georreferenciación del mapa histórico de Couto Reis de Campos en 1785. Río de Janeiro, Brasil. *Fronteras de la Historia*, v. 23, n. 2, p. 82–116, 2018. DOI: 10.22380/20274688.448.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1973.

REDDING, Stephen J.; VENABLES, Anthony J. Economic geography and international inequality. *Journal of International Economics*, v. 62, n. 1, p. 53–82, 2004.

SAHLI, M.-C. *Le déterminisme géographique*. In: DÉCOLONISER l'histoire: introduction à l'histoire du Maghreb. Paris: La Découverte, 1965. p. 59–62. Disponível em: <https://shs.cairn.info/decoloniser-l-histoire--9782348038921-page-59?lang=fr>. Acesso em: 5 out. 2025.

SANTOS, M. M. D. dos; MENEZES, P. M. L. de; COSTA, A. G. Georreferenciamento de mapas históricos: finalidades e procedimentos. *Revista Geografias*, v. 5, n. 2, p. 23–35, 2009. DOI: 10.35699/2237-549X.13268.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, p. 449–495, 1988.

STATUTO, D.; CILLIS, G.; PICUNO, P. Using Historical Maps within a GIS to Analyze Two Centuries of Rural Landscape Changes in Southern Italy. *Land*, v. 6, n. 3, p. 65, 2017. DOI: 10.3390/land6030065.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*, v. 14, n. 1, 2004. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaconomia/article/view/423>. Acesso em: 1 out. 2023.

THÜNEN, Johann Heinrich von. *Isolated state: an English edition of Der isolierte Staat*. Editado por Peter Hall. Oxford: Pergamon Press, [1826] 1966.

UMBELINO, G.; CARVALHO, R.; ANTUNES, A. Uso da cartografia histórica e do SIG para a reconstituição dos caminhos da Estrada Real. *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 61, n. 1, 2009. DOI: 10.14393/rbcv61n1-44855.

VALENCIA, C.; GIL, T. *O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

VILLA, C. E. V. Georreferência de mapas históricos: os casos de Cartagena de Indias Colonial e do Rio de Janeiro Imperial. *Locus: Revista de História*, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20809>. Acesso em: 5 out. 2025.

WHITE, Richard. *What is Spatial History?* Stanford: Spatial History Project, 2010. Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/static/media/images/publication/what%20is%20spatial%20history%20pub%20020110.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

ZHAO, F.; FU, Y.; LUAN, G.; ZHANG, S.; CAI, J.; DING, J.; QIAN, J.; XIE, Z. Spatial-temporal characteristic analysis of ethnic toponyms based on spatial information entropy at the rural level in Northeast China. *Entropy (Basel)*, v. 22, n. 4, p. 393, 2020. DOI: 10.3390/e22040393.

UMBELINO, G., Carvalho, R. e Antunes, A. (2009) “Uso Da Cartografia Histórica E Do Sig Para A Reconstituição Dos Caminhos Da Estrada Real”, *Revista Brasileira de Cartografia*, 61(1). doi: 10.14393/rbcv61n1-44855.